

Comissões especiais criadas por Sarney 22 ABR 1985 têm baixo resultado

Brasília — Das seis comissões interministeriais criadas pelo Presidente da República em exercício, José Sarney, na primeira reunião com os atuais Ministros, no dia 17 de março, apenas três já apresentaram algum tipo de resultado. São as que examinam as questões das mordomias, dos salários de funcionários de estatais no exterior e a que pretende estabelecer uma nova legislação para os crimes da área financeira.

As demais, entretanto, acompanham o estado geral que a Nação está vivendo desde as primeiras informações sobre a saúde do Presidente Tancredo Neves. Por isso, embora já se tenham passado 30 dias, as comissões criadas para averiguar o reordenamento financeiro do Governo federal, a revisão dos incentivos fiscais e a reforma tributária existem apenas no papel.

Funcionários no exterior

No próximo dia 23, haverá a segunda reunião da comissão que está avaliando os salários de funcionários das empresas estatais em serviço no exterior. O secretário-geral adjunto da Secretaria de Planejamento, Edson de Oliveira Nunes, confirmou que praticamente todas as empresas já encaminharam à comissão as informações solicitadas, através de um telex de 28 de março passado, em que a Seplan queria saber o número de pessoas, salários e benefícios indiretos pagos no exterior.

"Ainda não podemos falar muito sobre este assunto, pois a comissão está na fase de recolher dados", afirmou Edson Nunes. Ele acrescentou, porém, que estão sendo examinados os parâmetros salariais de estatais italianas que atuam no estrangeiro, pois "eles têm uma estrutura um pouco parecida com a nossa".

Além dessa comparação, a comissão examinará o quadro salarial de empresas privadas nacionais que atuam em outros países, juntamente com os rendimentos pagos por empresas próprias de cada país. "Só depois de cotejar todos esses dados, teremos condições para dizer se os funcionários brasileiros, fora daqui, ganham bem ou mal", explicou.

"Não tenho dúvidas, mesmo falando num estágio bem inicial dos trabalhos da comissão, que o Governo terá que rever os salários do seu pessoal de alto nível. Se isso não acontecer, com o tempo esses funcionários serão tentados a usar recursos do orçamento, dentro de normas legais, para buscar algum tipo de compensação no serviço ao Estado", assinalou o secretário-geral adjunto da Seplan.

A comissão de reordenamento financeiro do Governo federal, desenvolvida praticamente no âmbito do Ministério da Fazenda, ainda está engatinhando. Sequer foram indicados pelo Ministro Dornelles os "três técnicos de reconhecida competência em matéria financeira", como especifica o Decreto nº 91.156. No Ministério da Indústria e do Comércio, uma fonte oficial garante que o secretário-geral do organismo também não participou da comissão instituída para avaliar o problema dos incentivos fiscais.